

Ano XX nº 5582 – 02 junho de 2017

Banco do Brasil afirma que não prorrogará VCP dos funcionários

Em mais uma das rodadas de negociação sobre a reestruturação entre a Contraf-CUT e o Banco do Brasil, o banco afirmou que não prorrogará a Vantagem de Caráter Pessoal (VCP), verba que garantia o complemento salarial dos funcionários prejudicados pela reestruturação que extinguiu e cortou milhares de cargos no BB.

Ontem (01/06), o número de bancárias e bancários que não conseguiram a realocação e perderão os salários dos cargos anteriores chegou a 2100, sendo que outros 1600 que estavam realocados em cargos inferiores também terão seus salários reduzidos.

Os representantes dos funcionários insistiram para que houvesse a prorrogação da VCP considerando que, em centenas de casos, a redução salarial será de mais de 70% das verbas totais do funcionário.

Os representantes da Comissão de Empresa voltaram a cobrar do banco sobre as condições de trabalho nas agências que absorveram clientes de agências fechadas. Segundo os relatos dos sindicatos, muitas agências mesmo que não tenham recebido carteiras de clientes, acabaram por receber um fluxo bem maior de clientes que o previsto, devido à proximidade geográfica.

O banco informou que houve revisão de dotação de algumas agências com um projeto piloto de revisão iniciado em São Paulo e vai ser espalhado para todos os locais. O grupo que está analisando a revisão de dotação é composto de Superintendências e com participação das Gepes que farão coleta de dados sobre o atendimento e posteriormente divulgará um plano de ação.

Sobre as nomeações, foi informado pelo BB que o TAO Especial e o TAO Normal continuarão abertos e fazendo recrutamento ao mesmo tempo, sendo que nos dois serão priorizados os funcionários que estavam em VCP.



Ministro do STF nega taxação de fortunas

O ex-ministro de Temer e agora ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, acaba de dar mais um duro golpe no povo brasileiro. Moraes extinguiu a ADO (Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão) movida pelo governador do Maranhão, Flávio Dino, que pedia a regulamentação pelo Congresso Nacional do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição brasileira.

O IGF, em tramitação há anos, aumentaria os repasses da União aos Estados, que poderiam investir em saúde, educação e geração de empregos através da oneração dos mais ricos, inclusive, os banqueiros. Mas o novo ministro preferiu se apegar ao chamado “vínculo de pertinência”, já que, se fosse criada a legislação específica do IGF, os valores seriam majorados por todos os Estados e não seria obrigatório o repasse das receitas para os entes federativos. Com isso, os mais ricos podem ficar despreocupados.

Guarda de armas e abertura remota de agências com CCASP em discussão

A Contraf-CUT se reuniu com a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), na quarta-feira (31/05), no Instituto de Criminalista da Polícia Federal, em Brasília, para abordar as medidas tomadas pelas empresas de vigilância com relação a guarda de armas e abertura remota das agências. O fortalecimento de atuação da Contraf-CUT junto à CCASP foi definido na última reunião do Coletivo Nacional de Segurança.

Durante o GT de Guarda de Armas, foi apresentado o relatório de resultados do grupo após a proposição de mudanças no projeto, que agora dá maior controle à PF sobre arsenais e medidas a serem observadas por empresa de vigilância.

O GT de Abertura Remota colocou em pauta o combate ao crime de Extorsão Mediante Sequestro. As considerações dos participantes do grupo deixaram claro, que ainda há problemas a serem resolvidos na abertura remota dos cofres. Os vigilantes, por exemplo, se sentem vulneráveis pela presença de pessoas no interior do autoatendimento.